



Indagações acerca dos Marcadores Culturais na Tradução

Francis Henrik Aubert

Resumo: Nos estudos descritivos da tradução, a identificação dos marcadores culturais depara-se com certas dificuldades teóricas e metodológicas: a própria conceituação de marcador cultural; suas subcategorias, lingüísticas e extralingüísticas; os procedimentos apropriados para proceder à sua identificação. O presente ensaio procura mapear a extensão dessas dificuldades e propor alguns encaminhamentos, ainda a serem testados na prática descritiva.

Palavras chave: lingüística descritiva; tradução; marcadores culturais.

Nos estudos lingüístico-descritivos que abordam os processos tradutórios e seus produtos, os textos traduzidos, é freqüente a remissão a questões de ordem cultural. Subjaz em tal remissão hipóteses que, na essência: (a) concebem cada língua e cada ato de fala como portador de marcas culturais; (b) identificam tais marcas culturais como colocando desafios significativos à consecução do ato tradutório; e, por conseguinte, (c) prevêem que as marcas culturais presentes nos textos originais darão ensejo a comportamentos tradutórios específicos, diversos – em natureza ou em distribuição – àqueles encontrados nos segmentos de texto não marcados culturalmente.

Aceitas essas hipóteses, a clara identificação das marcas culturais torna-se tarefa fundamental para as pesquisas descritivas em tradução e em lingüística contrastiva baseada em corpora de originais e traduções, bem como para a elaboração de materiais pedagógicos, dicionários e vocabulários bilíngües, e outros, derivados de tais pesquisas. As reflexões aqui ensaiadas têm por objetivo explicitar algumas das dificuldades e apontar alguns dos caminhos possíveis para o encaminhamento de uma análise mais precisa dessas marcas culturais, tal como se revelam na tradução.



Com efeito, identificação das marcas culturais não constitui uma operação simples e a própria conceituação do que vem a ser uma marca cultural expressa em determinado texto ou ato de enunciação é questão passível de controvérsia. O risco decorrente dessas imprecisões é atribuir a “questões de ordem cultural” tudo aquilo que não encontra explicação suficientemente convincente no quadro da descrição lingüística contrastiva senso estrito. O que segue propõe algumas reflexões preliminares que procuram explicitar o problema e delinear alguns encaminhamentos da questão, sempre à luz das preocupações da tradução interlingual, mas sem excluir, *a priori*, aspectos de ordem mais geral.

* * * * *

Admita-se, inicialmente, que toda língua é um fato cultural. Integra e articula toda uma gama de comportamentos dos grupos sociais que dela se servem, e constitui um dos instrumentos mais elaborados de pensar, dizer e atuar sobre o mundo no seio das relações sociais intra- e intergrupos. Se assim é, de princípio tudo na língua – e toda expressão da língua na fala – porta em si uma ou mais marcas reveladoras deste vínculo cultural, traços que remetem a conjuntos de valores, de padrões comportamentais, lingüísticos e extralingüísticos que, tanto quanto os traços pertinentes fonológicos, gramaticais e semânticos, individualizam e caracterizam ou tipificam determinado complexo língua/cultura em relação a outras línguas/culturas, próximas ou distantes (por qualquer critério de proximidade ou distância que se queira adotar).

Mesmo aspectos aparentemente restritos à dimensão gramatical não deixam de conter essas marcas, como testemunham, entre tantos outros aspectos, as diferenças interlinguais na marcação de gênero, número, grau e definido / indefinido, a expressão de tempo e aspecto (vinculada mais ou menos estreitamente à conjugação verbal), as formas de tratamento, as preposições marcadoras da espacialidade (estática ou dinâmica), etc., etc. No plano discursivo, podem ser observadas marcas desta natureza particularizadora nas intertextualidades que fazem sentido em determinado complexo língua/cultura, mas fazem outro sentido (ou sentido algum) em outros complexos língua/cultura. Outras marcas, ainda, dizem mais diretamente respeito à dimensão referencial das línguas, remetendo aos universos ecológico (flora, fauna, topografia, hidrografia, etc.), da cultura material (objetos e espaços criados pelo homem), da cultura social (relações sociais de toda ordem) e da cultura religiosa (nos termos de Nida, 1945), ou, talvez mais precisamente, ideológica



(referências a sistemas de crenças) (vide, p.ex., Aubert, 1998, 2003). Todas essas marcas serão aqui denominadas *marcadores culturais*, e admitimos, no que interessa à tradução e ao traduzir, que representam, ao lado da função poética da linguagem, as principais dificuldades tanto do fazer tradutório quanto da reflexão sobre o traduzir. No limite, podem implicar a admissão da inviabilidade intrínseca ou a relativização profunda do ato tradutório.

Esta constatação, ainda que admissível ou mesmo inquestionável, choca-se, no entanto, com algumas evidências empíricas e com alguns pressupostos de disciplinas correlatas.

Assim, no caso dos estudos terminológicos – e, em especial, da terminologia bilíngüe (entendida como disciplina auxiliar da tradução) –, a própria *raison d'être* da disciplina exige que se aceite, como hipótese cabível, a viabilidade de se constatarem (ou de se estabelecerem, por ato normativo) relações biunívocas de sentido nas terminologias das linguagens de especialidade expressas nos diversos idiomas (sinonímias interlinguais), e que encontram expressão modelar nas nomenclaturas das ciências básicas, nos sistemas de medição, nas normas técnicas internacionais ou internacionalizadas, entre outros. Sugere, portanto, que, sob determinadas circunstâncias ou condições de produção e de recepção de textos em contexto normativo ou normatizado (linguagens de especialidade), as diferenças culturais serão neutralizáveis ou anuláveis.

Um pouco no mesmo sentido, a admissão de uma presença permeadora de marcadores culturais particularizantes parece conflitar com a percepção decorrente de numerosas pesquisas baseadas em corpora de originais e respectivas traduções, que apontam – em graus variados conforme o par de idiomas em confronto – elevados índices de tradução palavra por palavra e de transposição (tradução literal, no sentido lato). Com efeito, e em termos genéricos, dispomos de dados suficientes para afirmar, com um elevado grau de segurança, que, na relação entre o português brasileiro e as demais línguas neolatinas, os índices de literalidade variam entre 60 e 80%, enquanto que entre o português brasileiro e as línguas anglo-germânicas, os índices variam entre 40 e 55%.¹ Ao que tudo indica, essa também constitui uma constatação dificilmente questionável, o que nos coloca diante de um dilema a um só tempo teórico, metodológico e descritivo.

1. Vide, *inter alia*: Aubert (1998, 2003), Aubert & Zavaglia (2003), Correa (2003), Silva (1992), Taillefer (2004).



Uma primeira tentativa de aclarar a questão poderia sugerir que essas diferentes vertentes de reflexão, de investigação e de práticas fundamentam-se em visões discrepantes de língua, de linguagem e de tradução. O dilema não estaria, portanto, na “coisa em si”, e sim nos olhares diversos lançados sobre os fenômenos, configurando, em última análise, por força dos próprios olhares, objetos de investigação também diversos.

De fato, a visão cultural estabelece-se – com maior ou menor rigor metodológico – como um olhar antropológico; a perspectiva terminológica deriva, em parte, dos estudos lexicológicos e lexicográficos, mas, mais fundamentalmente, de uma epistemologia das ciências básicas e aplicadas; já o ponto de vista contrastivo ou comparado embutido no conceito das *modalidades* ou *procedimentos técnicos da tradução* enraíza-se na lingüística descritiva e no olhar estruturalista, que adota, como axioma, a autonomia das línguas e, principalmente, da linguagem, enquanto objeto de estudo.

É possível, portanto, simplesmente aceitar que cada uma dessas abordagens é defensável em seus próprios termos; que não se trata de um dilema, e sim, tão somente, de um paralelismo científico, para o qual não haveria sentido buscar uma conciliação.

Assim assumida, uma das possíveis conseqüências seria o entendimento de que a operação que busca a dizibilidade de um texto em uma língua/cultura de recepção diversa daquela que deu origem ao texto subdivide-se em duas operações: uma terminológico-lingüística (tradução senso estrito) e outra cultural (antropológica). Esta não é uma hipótese puramente especulativa. Certas tendências contemporâneas no mercado da tradução – notadamente no domínio dos softwares ditos “aplicativos” – sugerem uma divisão de trabalho justamente entre “tradução propriamente dita” (entendida como uma operação estritamente lingüística, no sentido formal do termo) e “localização” (entendida como uma reescrita levando em conta os fatores culturais da comunidade de chegada – inclusive fazendo distinções, por exemplo, entre português de Portugal e do Brasil, entre inglês britânico e norte-americano, entre francês da França, da Bélgica, da Suíça, do Quebec, da África, etc).

Uma outra hipótese, mais ambiciosa, procuraria, no entanto, fazer a aproximação entre essas duas vertentes. No limite, poder-se-ia alegar que, em assim procedendo, a antropologia torna-se uma disciplina auxiliar da lingüística ou, inversa e mais provavelmente (dado que os fenômenos culturais não se limitam às línguas e as linguagens, embora nelas encontrem sempre expressão), far-se-ia necessário incluir a lingüística como um dos subdomínios da antropologia.



Aqui, não pretendemos forçar os limites epistemológicos das respectivas disciplinas. Com efeito, consideramos perfeitamente possível incluir no trato do problema posto inicialmente, a noção de “cultura”, sempre, porém, na ótica da lingüística, como opção de abordagem, não com foros de exclusividade, e, portanto, sem prejuízo da autonomia científica das disciplinas de fundo

Admitido, portanto, que as línguas e as linguagens são fenômenos culturais, para os efeitos da presente reflexão adotar-se-á uma conceituação restrita de *cultura*, limitando nosso foco ao *marcador cultural* lingüisticamente expresso. O que nos interessa, nesse momento, é indagar acerca das dificuldades e das abordagens a serem adotadas na identificação, em seqüenciais textuais analisadas no cotejo original / tradução, dos elementos (lexicais, gramaticais, discursivos ou outros) que, em sua atualização específica em determinado segmento textual submetido à operação tradutória, incorporam ao texto marcadores culturais lingüísticos, intertextuais ou referenciais relevantes para a referida operação e que, potencialmente, estão sujeitas a perdas – ou, mais provavelmente, a substituições (mudanças na referencialidade ou no “modo de dizer”) – que, inexoravelmente, resultarão em efeitos de refração.

O objeto de estudo aqui proposto não é composto pelas línguas, enquanto sistemas ou estruturas abstratas, e sim pelos atos de enunciação, de fala, de produção verbal, que se realizam, por definição, em contextos e co-textos específicos. Nesta perspectiva, o marcador cultural será visto menos como um fato de dicionário e mais como de discurso. Assim, ao observarmos um texto ou segmento de linguagem verbal, o fazemos sobre termos e fases atualizados em contexto. E uma das características definidoras dos objetos assim observados reside, justamente, em encontrar-se em determinado co(n)texto de atualização.

A atualização em co(n)texto (por oposição a certas formas de atualização meta-lingüística), implica que o potencial de significação de uma palavra ou de uma expressão realiza-se apenas parcialmente. Por exemplo, o fato do termo norueguês *klokke* poder significar *relógio*, *sino/campanário* e *horas* (na expressão *hva er klokken = que horas são*) constitui, em tese, uma peculiaridade lingüístico-cultural do norueguês, mas, é altamente improvável que uma indagação pedindo informação sobre o horário venha a evocar, na mente dos interlocutores, o badalar de um campanário, simplesmente porque o contexto exclui a atualização deste sentido.

Do mesmo modo, o termo “cadeira”, usado em um catálogo de uma loja de móveis, não evocará o sentido acadêmico (“cátedra” ou “disciplina”), embora este sentido esteja consignado no potencial de significação do vocábulo “cadeira” em



língua portuguesa. A tradução do termo encontrado no catálogo poderá, portanto, ser feita sem necessidade de incluir na solução tradutória esse potencial de evocação. Inversamente, no contexto acadêmico aludido, ou seja, em um segmento textual em que este seja o sentido consignado (“cadeira de Literatura Brasileira” por exemplo), não será necessário incluir na solução tradutória a referência ao sentido de mobiliário. Somente nos casos em que o próprio texto evocar o duplo sentido tal confluência deverá ser resgatada, de uma forma ou outra. Assim, nas traduções para o inglês e o francês, um segmento textual tal como

Ele acomodou-se na cadeira de Literatura Brasileira, de onde só saiu na aposentadoria compulsória

permite esta recuperação através do termo “chair”, que, em inglês, pode ter, e, em francês, tem efetivamente o sentido de “cátedra”. Em outros idiomas, porém, a recuperação do duplo sentido terá de ser efetuada de maneira mais elaborada, como em norueguês:

Han satt seg i professorstolen i Brasiliansk Litteratur, og forlot den ikke før han nådde aldersgrensen,

em que o termo *stol* no composto *professorstolen* remete a um outro sentido, mais genérico, este sim compartilhado entre os dois idiomas, o de “cadeira” como “posto”, “cargo” ou “função”, que se sobrepõe a, mas não exclui, o sentido concreto (“peça de mobiliário”). Isoladamente tomado, não atualiza o conceito de “cátedra”, que, no entanto, encontra-se implícito no outro componente da composição, *professor*, uma designação reservada exclusivamente aos professores titulares de instituições de ensino superior (correspondente, por sua vez, em português brasileiro, ao antigo conceito de ‘catedrático’, hoje ‘professor titular’). Esta solução exclui, de todo modo, o conceito de “disciplina”.

Em outros casos, porém, é forçoso admitir, a diferenciação parece ocorrer independentemente da atualização específica.

Considere-se, por exemplo, o equivalente mais próximo em norueguês ao sentido de *saudade* (*lengsel*). Em norueguês, o par de advérbios *hjemme/hjem* tem como referência “casa”, no sentido de “lar” (inclusive “lar paterno”). O primeiro – *hjemme* – é usado em sentido estático (“em casa”, como em *hun er hjemme nå = ela está em casa agora*), enquanto que o segundo – *hjem* – implica movimento (“de/para



casa”, como em *hun inviterte meg hjem til seg = ela me convidou para ir à casa dela*). Ocorre que, para exprimir a noção de <ter saudade de casa>, em norueguês utiliza-se a forma *hjem*², como em *hun lengter hjem til foreldrene sine = ela tem saudade da casa de seus pais*, o que indica que *lengte* (ter saudade), bem como o substantivo correspondente *lengsel* (saudade) devem ser interpretados como verbo/substantivo de movimento (algo como <sua emoção/seu desejo se projeta em direção à casa de seus pais>), e não de estado, como é em português. Assim, em qualquer atualização, *lengsel* por *saudade* e *lengte* por *ter saudade* serão, em situação de diferenciação/contraste (tipicamente, na tradução interlingual), percebidos como portando marca cultural específica.

Seja como for, fica patente que a existência do marcador cultural somente se revela no confronto pela diferenciação; ou, dito de outro modo, a noção de *marcador cultural* remete a um elemento distintivo, isto é, a algo que diferencia determinada solução expressiva lingüisticamente formulada de outra solução tida por parcial ou totalmente equivalente.

Outra questão diz respeito à referencialidade. Na ótica aqui adotada – o marcador cultural como decorrente da diferenciação – a referencialidade desdobra-se em pelo menos três aspectos diferentes (e, eventualmente, complementares): (i) a referencialidade intralingüística (no sentido de ‘cultura lingüística’, *apud* Nida, 1945); (ii) a referencialidade intertextual. e (iii) a referencialidade extralingüística.

Uma ilustração da referencialidade intralingüística – e que bem demonstra a complexidade da questão – pode ser encontrada nos dêiticos típicos da linguagem jurídica do inglês: *herein*, *hereinafter*, etc. Na própria comunidade anglo-falante, estes são termos marcados, pois são de uso característico do discurso jurídico ou assemelhado ao jurídico. Em outras tipologias discursivas, seus equivalentes são *in this ...*, *as from this point ...*, etc.

Traduzidos para o português, as opções *neste* (*contrato/instrumento*, etc.) e *daqui para frente* são construções não marcadas, ou seja, não são exclusivas da linguagem jurídica. Caso empregadas para a tradução dos dêiticos *herein* e *hereinbelow*, instituem uma diferença entre original e tradução, e, embora o texto traduzido seja discursivamente não-marcado ao interior da comunidade de recepção³, a tradução enquanto

2. Com *hjemme*, ter-se-ia uma construção agramatical.

3. Na realidade, a solução “neste (contrato/instrumento)” é estritamente não marcado. A solução “daqui para frente”, no entanto, embora pertencente à linguagem geral, destoa a tal ponto da norma de redação jurídica que passa a tornar-se marcado, no caso como inadequação estilística.



tal é marcada (configurando, portanto, uma *modulação*, vide Aubert, 1998). Já as opções *no presente* (*contrato, instrumento, etc.*) e *doravante* constituem construções marcadas, mais típicas do discurso jurídico (e, eventualmente, burocrático em geral), e são muito menos encontradas em outras situações discursivas. Nesse sentido, são intralingualmente marcadas, pois contribuem para distinguir o texto específico de outras tipologias textuais correntes na comunidade lusofalante, mas são tradutoriamente não-marcadas, pois resgatam justamente a marca [+ *jurídico*] já presente no original.⁴

A dimensão intertextual também representa um conjunto de marcadores culturais específicos, mas que, diferentemente do anterior, não se ancora na estrutura léxico-gramatical, ou seja, não constitui fenômeno cristalizado no código lingüístico, localizando-se, antes, no acervo dos dizeres, das falas, dos discursos que, por qualquer motivo, incluem-se no repertório do grupo sócio-lingüístico relevante. Obras literárias de grande difusão, determinados textos religiosos, títulos, peças publicitárias, canções populares, filmes, novelas e seriados televisivos, frases atribuídas (ainda que nem sempre corretamente) a personagens históricos recentes ou mais remotos, bordões de locutores, e outros tantos integram normalmente este repertório, ao qual se acrescentam, muitas vezes, repertórios mais localizados, específicos de determinados subgrupos (regionais, institucionais, familiares). Em seu conjunto, tal como os idiomatismos (os modos de dizer), sinalizam para os interlocutores o pertencimento ao grupo sócio-lingüístico e cultural específico, constituem sinais de reconhecimento mútuo e, por seu efeito particularizador, podem gerar dificuldades específicas no processo tradutório. Se, de um lado, o *ser ou não ser* ou *se não têm pão, que comam brioche*s são suficientemente internacionalizados (repertórios universais ou universalizantes), de outro, quaisquer alusões a *Dona Flor e seus Dois Maridos*, a *X não é nenhuma Brastemp*, a *saudosa maloca*, a *vamos logo aos finalmentes*, a *cachorro também é gente*, a *pimba na gorduchinha*, etc., são bem mais específicos (no caso, do complexo língua-cultura brasileiro).⁵ Em qualquer hipótese, somente adquirem sua plenitude de sentido se assegurada a percepção da remissão intertextual.

4. O par de advérbios locativos do norueguês *hjem/hjemme*, descrito no item 12 acima, também exemplifica o sentido intralingüístico da referencialidade.
5. Ainda uma ilustração desta marca pode ser verificada comparando-se o uso extremamente frequente em francês de provérbios e aforismos como ferramenta argumentativa, enquanto que, em português brasileiro, tal uso é bastante escasso. Em uma tal situação, ainda que *tel père, tel fils* seja, nos planos lexical e morfossintático, perfeitamente equivalente a *tal pai, tal filho*, no plano intertextual deixa de sê-lo, e deve ser identificado como marcador cultural específico no cotejo francês/português (dado contribuído por Maria Tereza Côrtes Elias, em seminário de pesquisa, São Paulo, 2005).



pretada como correspondendo à inscrição no Registro do Comércio da pessoa jurídica em questão (e não na Receita Federal, como é o caso).

No segundo exemplo, o cotejo inicial sugere que a diferença fundamental reside na substituição de “N” (*nacional*) pelo adjetivo pátrio equivalente a *brasileiro*; e que esta é uma forma adequada de assegurar a percepção que se trata de uma instituição do espaço cultural do texto fonte, evitando-se o risco de confusão com instituições similares do espaço cultural de recepção do texto meta. Institui, assim, uma diferença intencional – a opção “*national*” não seria inconcebível –, o que equivale a uma solicitação para que o leitor da tradução perceba a especificidade da realidade extralingüística a que a sigla INSS se refere.

Observe-se, porém, que, fosse a sigla traduzida por *National Institute of Social Security* ou *Institut Nationale de Sécurité Sociale*, e, portanto, com uma intenção tradutória mais literalizante (*transposição*, na versão para o inglês, *palavra-por-palavra*, na versão para o francês), ainda assim o leitor anglófono ou francófono perceberia a diferenciação cultural. Nos EUA, a *Social Security* é um Sistema (*System*), não um *Instituto*; na França, a *Sécurité Sociale* é categorizada institucionalmente como uma *Direction*, e compreende, ainda, um grande número de organismos, coordenados por uma agência central, a *ACOSS – Agence Centrale des Organismes de Sécurité Sociale*.⁶

A questão específica da identificação dos marcadores culturais compartilha da natureza do fenômeno tradutório em geral: não se trata de uma operação limitada à situação interlingual, embora o contraste que os torna perceptíveis seja, efetivamente, típica de uma situação tradutória. Abrange, igualmente, as variações perceptíveis no plano intralingual. Assim, por exemplo, no domínio da língua portuguesa, a opção pelo pronome de tratamento *tu* em lugar de *você* pode remeter a diversos marcadores culturais, de natureza situacional, estilística ou dialetal, mas que se caracterizam como tais somente se levados em conta (ou se forem relevantes para a situação discursiva e/ou de análise em tela) fatores como os próprios interlocutores, seu lugar no tempo e no espaço, e similares.

Aceita a reflexão que precede, o marcador cultural não é perceptível na expressão lingüística tomada em isolamento, nem se encontra confinado dentro do seu universo discursivo original. O marcador cultural somente se torna visível (e, portanto, se atualiza) se esse discurso original (a) incorporar em si uma diferenciação ou (b) for colocado

6. Esta é, aliás, a tendência normal: na falta de sinalizações textuais ou situacionais precisas em contrário, o receptor médio tenderá a decodificar/interpretar um texto traduzido à luz de sua própria referencialidade cultural. O exemplo em questão sugere, a esse propósito, que nem mesmo o recurso a empréstimos assegura, por si só, e em qualquer situação, uma percepção de alteridade.



em uma situação que faça sobressair a diferenciação. Voltando à ilustração anterior, a distinção *tu / você* produzida em um universo discursivo gaúcho ou lusitano exerce uma determinada função ao interior do subsistema lingüístico em consideração (marcação de grau de intimidade ou de relação hierárquica entre os interlocutores), mas não será percebida como contendo marcadores culturais; a distinção somente se torna marca cultural (no caso, dialetal), se um ou mais dos interlocutores / receptores identificar-se sócio-lingüísticamente como pertencente a outro subsistema lingüístico (paulista ou carioca, por exemplo), ou se o próprio texto incorporar tais interlocutores distintos (caso em que a diferenciação surge por efeito metalingüístico).

Do mesmo modo, para retomarmos o exemplo de *cadeira* no sentido de *cátedra*, na situação tradutória envolvendo o português brasileiro como língua de partida e o francês ou o inglês como língua de chegada, não haverá marcador cultural perceptível, salvo ser também relevante no texto / discurso em questão a forma pela qual o indivíduo obteve a cátedra (*concurso público de títulos e provas* vs. contratação prevendo o chamado *tenure track*). Já na relação tradutória que tem o norueguês como língua de chegada, apresenta-se como portadora de uma marca cultural, exigindo, portanto, um procedimento tradutório que não poderá ser classificado como de *literalidade*, formal ou semântica.

A situação de diferenciação (de contraste) constitui-se, portanto, em *conditio sine qua non* para a percepção da existência da marca cultural. Poder-se-ia afirmar que a própria existência de uma marca cultural depende, fundamentalmente, de tal diferenciação ou contraste; que não se trataria de algo pré-existente – inerente ou imanente – e sim condicionado, e dependente, para existir, de cada situação específica de diferenciação e contraste. Ainda que não queiramos ser tão taxativos, resta que a identificação da marca cultural vincula-se (a) à lingüística externa e (b) à situação discursiva. Nesse sentido, não é um fenômeno da *língua (langue)*, e sim da *fala (parole)*, e, mesmo nesse plano, não de qualquer situação de fala, mas apenas daquelas que compreendem um elemento de diferenciação / contraste.⁷

* * * * *

7. Esta afirmação não pretende limitar a percepção do marcador cultural a situações extremas de alteridade, como, tipicamente, é o caso da tradução interlingual. Na situação de interlocução, a alteridade está potencialmente presente a todo instante, quer no contexto imediato (relação entre os interlocutores), quer no contexto mais remoto (pano de fundo referencial). Em determinados casos – por exemplo, no uso de idiomatismos, frases feitas ou, mesmo, de intertextualidades explícitas – os interlocutores não raro os empregam como uma estratégia de demarcação e confirmação de espaço lingüísticocultural compartilhado, o que pressupõe, à evidência, a hipótese contrária, de um espaço potencialmente não compartilhado, quer entre os próprios interlocutores ou entre estes, como um conjunto, e os “outros” (não participantes da interlocução).



Estas considerações trazem à baila uma questão relevante para a pesquisa na área dos estudos interculturais em geral, e dos estudos da tradução em particular. A percepção da marca cultural (marca de alteridade) dá-se e toma forma no olhar do observador: novamente, não apenas não pré-existe a este olhar (ou, ao menos, não tem sua existência confirmável sem esse olhar); como a referência (lingüística, intertextual ou extralingüística), é diferente em cada espaço de recepção lingüístico-cultural distinto, a percepção da diferença, quando ocorre, também será diferente a cada caso.

Configura-se, aqui, um problema suplementar e uma possível limitação para os estudos culturais vinculados à tradução. Com efeito, é de se perguntar se o pesquisador tem como identificar sistematicamente todos os marcadores culturais. Por mais consciente que o pesquisador seja das questões culturais, e ainda que seja dotado de um bilingüismo e de um biculturalismo razoavelmente avançado, é quase inevitável que, no cotejo original/tradução, venha a identificar com maior clareza aqueles marcadores culturais que se sobressaem na ótica de sua cultura dominante.

Assim, a percepção desses marcadores culturais terá sido feita, sem dúvida, na ótica da diferenciação, mas, muito possivelmente, pela marcação dos termos que para o pesquisador surgem como diferenciados, por tal pesquisador pertencer a outra sub-comunidade lingüística (p.ex., um pesquisador paulista analisando textos de literatura brasileira da vertente regionalista, ancorados nas realidades mineira (Guimarães Rosa) ou baiana (Jorge Amado)). O procedimento que pode, ao menos, reduzir os efeitos de perda na observação será, portanto, o de efetuar o cotejo, e só então, à luz dos resultados do cotejo, determinar quais os termos que, naquela situação tradutória, aparecem como portadores de marca cultural. Mitiga – mas apenas em parte – esta crítica o fato de que o pesquisador muito possivelmente já estará previamente consciente dos potenciais contrastes culturais, podendo, ainda que com certa margem de risco, “antever” quais os termos que, na relação tradutória em questão, poderão apresentar-se como contrastantes com o universo lingüístico, cultural e discursivo do texto de chegada.

* * * * *

À guisa menos de conclusão do que de síntese provisória, as reflexões tecidas neste ensaio sugerem que:

- a. a própria identificação da presença de marcadores culturais exige, como pré-requisito, o cotejo – no caso em tela, o cotejo entre original e tradução –, sem o quê não haverá parâmetro seguro para tal identificação;



- b. em cada ocorrência presumida de marca cultural, a sua confirmação e a delimitação de sua extensão exigirá identificar quais os componentes do sentido virtual (os semas) efetivamente empregados no co(n)texto em consideração. Somente naquelas em que se fizer possível constatar e delimitar a efetiva presença (atualização) de uma marca cultural específica será relevante avaliar o grau de sua dizibilidade na cultura meta;
- c. as dimensões extralingüísticas, tal como apresentadas na classificação proposta por Nida (op. cit.), comportam um excesso de sobreposições e ambigüidades, e cabe indagar se as suas quatro categorias – ecologia, cultural material, cultura social e cultura ideológica – não poderiam, com alguma vantagem, ser reduzida a duas: dimensão material (ecologia e cultura material) e dimensão sócio-ideológica;
- d. a dimensão da cultura lingüística é mais complexa do que se poderia supor à primeira vista e envolve, no mínimo, duas facetas distintas: a estrutural (marcadores culturais detectáveis na estrutura lexical, morfossintática e semântica), e a discursiva (incluindo os marcadores que se manifestam na intertextualidade e, de modo mais geral, no acervo dos ‘usos e costumes’ lingüísticos da comunidade lingüístico-cultural em questão).

REFERÊNCIAS

- AUBERT, F. H. (1998). Modalidades de tradução: teoria e resultados. In *TradTerm 5.1*. São Paulo, CITRAT / FFLCH / USP.
- AUBERT, F. H. (2003). As variedades de empréstimos. In *DELTA*, vol. 19: Especial. São Paulo, EDUC.
- AUBERT, F. H. e ZAVAGLIA, A. (2003) Reflexos e refrações da alteridade na literatura brasileira traduzida (1) – as versões de *Sagarana* para o francês e para o norueguês. In *TradTerm 9*. São Paulo, CITRAT / FFLCH / USP.
- CORREA, R. H. M. A. (2003) A tradução dos marcadores culturais extralingüísticos: Jorge Amado traduzido. In *TradTerm n° 9*. São Paulo, CITRAT / FFLCH / USP.
- NIDA, E. (1945) Linguistics and ethnology in translation problems. In *Word II*.
- SILVA, M. das G. (1992). *As modalidades de tradução aplicadas ao conto ‘O Cobrador’*: um estudo comparativo. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH / USP.
- TAILLEFER, R. J. de Q. F. (2004). *Um diálogo entre culturas: Jorge Amado no contexto da língua-cultura francesa*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH / USP.



Abstract: In descriptive translation studies, the identification of cultural markers faces certain theoretical and methodological difficulties: the very definition of cultural marker; its linguistic and extralinguistic subcategories; the procedures to be applied in such identification. This essay attempts to map the extent of these difficulties and to propose certain approaches, as yet to be tested in actual descriptive practice.

Key words: descriptive linguistics; translation; cultural markers.

